Os Limites da Gestão Econômica Sob Instabilidade Social: O Caso do Segundo Período Peronista (1973-1976)

Isnardo Ramalho da Silva[1]
Ramón García Fernández[2]

Resumo:
Este trabalho propõe-se a revisar e discutir a política econômica implantada na Argentina durante a segunda gestão peronista (1973-1976). A análise prioriza o entorno em que estas políticas foram executadas, caracterizado por uma severa instabilidade social, cujos atores principais foram grupos guerrilheiros esquerdistas, grupos armados paramilitares (muitos ligados ao sindicalismo), as diversas polícias e as Forças Armadas. Somando-se este tenso ambiente social à crise econômica internacional iniciada em 1973, tem-se uma combinação de fatores que comprometeu a governabilidade do país e a capacidade de elaborar e executar quaisquer políticas econômicas. Isso impediu que se consolidasse e aprofundasse o processo de crescimento econômico que se verificava no país desde meados dos anos sessenta. Mais do que isso, essa instabilidade criaria as condições para uma profunda recessão e para o desencadeamento de mais um golpe militar no país.

Palavras-Chave: Argentina, economia argentina, peronismo.

Abstract:
This paper reviews and discusses the economic policies practiced in Argentina during the second peronist government (1973-1976). The analysis prioritize the landscape where these politics were put in place, characterized by a severe social instability whose main actors were leftist guerrillas, paramilitary groups (mainly related to the unions), the police and the military. To this tense social ambient it should be added the international economic crisis begun in 1973. This combination compromised the governability of Argentina and the capacity to design and execute any economic policy. This prevented the consolidation and intensification of the process of economic growth that had been happening in the country since the second half of the sixties. Moreover, this instability created the conditions for a deep recession and for the occurrence of another military coup in Argentina.

Key-Words: Argentina, Argentine economy, Peronism.

Classificação JEL: N16.

Introdução

O ano de 1973 foi marcado pelo retorno da ordem democrática à Argentina, desta vez sucedendo à ditadura da "Revolução Argentina" que começara em 1966, quando os militares derrubaram o então presidente civil Arturo Illia, da União Cívica Radical do Povo (UCRP). O processo que culminou com a eleição de 11 de março 1973 marcou também o fim do longo período de proscrição ao peronismo, que desde 1955 – quando da derrubada do presidente Juan Domingo

[1] Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná. Este artigo é uma versão revisada e resumida de um capítulo da minha dissertação "Em Busca dos Determinantes do Declínio da Economia Argentina no Período 1975-2001", Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, 2004, orientada pelo co-autor.
[2] Professor da FGV/EESP.

Perón pelos militares da "Revolução Libertadora" – impedia o funcionamento do Partido Justicialista como uma entidade legal [3].

Os anos de repressão e a deterioração do quadro social e político do país fizeram com que no início dos anos setenta a população e as lideranças políticas enxergassem no retorno à democracia o elemento fundamental na tentativa de restabelecer no país a paz, o que se entendia que não entraria em conflito com a manutenção (ou até com a aceleração) do crescimento econômico que havia predominado na década de sessenta.

Em certa medida, esse otimismo parecia ter bases sólidas. A saída do peronismo da clandestinidade à qual tinha sido forçado por seus adversários poderia acabar com uma pseudo-democracia que limitava a participação do partido que era visto como majoritário tanto por seus partidários quanto por seus oponentes. A votação obtida pelo condutor desse movimento, o general e ex-presidente (1946-1955) Juan Domingo Perón, nas eleições presidenciais de 23 de setembro de 1973, na qual obteve 61,9 % dos votos válidos no primeiro turno mostrava uma significativa convergência da opinião pública. Poder-se-ia somar a isso o fato de que o partido que obteve o segundo lugar nas eleições, a UCR (24,4%) se propôs a fazer uma oposição altamente construtiva. No entanto, a desagregação no interior do peronismo e a participação ativa (e violenta) dos diferentes grupos armados existentes no país estariam por trás dos marcos principais do dramático "segundo período peronista" (1973-1976): a instabilidade política e o declínio econômico.

A instabilidade política estaria refletida na curta duração das gestões dos quatro presidentes que tomaram posse no intervalo de apenas três anos: Héctor Cámpora governou o país por apenas 49 dias (entre 25 de maio e 13 de julho de 1973); Raúl Lastiri governou interinamente o país por três meses; o próprio Perón, em cuja habilidade e ascendência sobre o Partido Justicialista se confiava para conter os conflitos entre as diferentes facções do partido, governaria o país por menos de nove meses, de outubro de 1973 até seu falecimento em 01 de julho de 1974; por fim, o governo de sua vice-presidente e também esposa, Maria Estela Martínez de Perón (também conhecida como Isabelita Perón) não chegaria a durar dois anos (de julho de 1974 a março de 1976), sendo vitimado por um novo golpe militar que interromperia mais uma vez a ordem democrática no país. No aspecto econômico, embora houvesse crescimento nos anos de 1973 e 1974, tomaram corpo durante este período graves problemas macroeconômicos que se constituiriam no ponto de partida para o dramático desempenho econômico do país a partir de 1975.

[3] O peronismo tinha sido proscrito após a Revolução Libertadora, e inclusive nem o nome de Perón podia ser mencionado. Os jornais só se referiam a ele, nesses primeiros anos, como "O Tirano Fugitivo". Partidos "neo-peronistas" tinham participado em algumas das eleições realizadas no interregno democrático anterior (entre 1958 e 1966). Entretanto, o triunfo destes era considerado motivo suficiente para justificar golpes militares, como ocorreu com as eleições para governadores de 1962. Por sua vez, candidatos aberta ou veladamente apoiados pelo peronismo também participaram de eleições, mas sob uma extrema desconfiança dos militares, como ocorreu com o presidente Frondizi, eleito para o período 1958-1964, mas que foi derrubado pelo mencionado golpe militar de 1962.

O presente trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira seção será feita uma breve revisão dos fatos mais marcantes da segunda gestão peronista do ponto de vista econômico, político e social. A segunda seção estará focada nas principais críticas feitas à condução da política econômica nesse período. A terceira parte do trabalho abordará como a situação adversa do cenário internacional a partir de meados de 1973, assim como a intensa conflitividade no interior da sociedade argentina, potencializaram os efeitos negativos dos equívocos das decisões de política econômica adotadas. Por fim, serão traçadas considerações a respeito de se teria existido a possibilidade de um desempenho mais satisfatório da economia argentina no período estudado, dado o crítico contexto da época.

1. O Fracasso da Segunda Experiência Peronista (1973-1976)

A Argentina do início da década de setenta era um país abalado pela instabilidade institucional, caracterizada não apenas pela interrupção freqüente de governos civis por golpes militares, o último dos quais ocorrera em 1966, mas também pela profusão de "golpes dentro dos golpes". Com efeito, o primeiro presidente militar da "Revolução Argentina", o general Juan Carlos Onganía, fora derrubado em 1970, sendo sucedido pelo coronel Roberto Levingston, que no ano seguinte seria forçado a renunciar, assumindo a presidência o general Alejandro Lanusse. Deve-se lembrar que, como forma de protesto contra a repressão exercida pelo governo de Onganía e contra a política econômica de seu ministro da Economia, Adalbert Krieger Vasena, estudantes universitários e sindicalistas tinham iniciado inéditos movimentos de revolta popular, que incluíram grandes mobilizações de contestação ao governo, como o "Cordobazo" de 1969, seguido pelo "Viborazo" de 1971, já nos instantes finais do governo Levingston. A repercussão desses movimentos foi, sem dúvida, um elemento central para o derrocamento desses dois presidentes militares. A proliferação de movimentos guerrilheiros "de diverso signo ideológico pero idéntica devoción por la violencia, mesianismo, intolerancia y crueldad" (Luna, 1983: 153) que haviam surgido e se expandido rapidamente na segunda metade da década de sessenta, incorporava mais um elemento explosivo nessa situação[4]. É inegável, por sua vez, que estes movimentos foram fortemente influenciados pelo clima da época, marcado por uma intensa efervescência ideológica contestatária no plano internacional[5].

---

[4] Entre as ações mais marcantes dos grupos guerrilheiros no governo militar devem ser lembradas as práticas de assassinatos políticos (como o do ex-presidente Aramburu, em 1970) e de diversos seqüestros a dirigentes de empresas multinacionais. Sobre as ações desses movimentos armados, veja-se Muchnik (1998), Lobato e Suriano (2000), Romero (2001) e Rapoport (2003).

[5] Deve-se lembrar que o sucesso da guerrilha em Cuba tinha levado boa parte da esquerda à convicção de que a luta armada seria o único caminho de chegada ao socialismo. Grupos guerrilheiros semelhantes aos argentinos atuavam na época tanto em países com governos militares (p.ex. Brasil e Bolívia) quanto civis (Uruguai). Além disso, o impacto dos "movimentos de 1968" também deve ser levado em consideração para explicar esse quadro político.

Os diversos grupos armados argentinos defendiam diferentes referenciais ideológicos. Uma ala tinha origem católica e peronista, e estava ligada em parte ao Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo; entre esses grupos devem ser destacados as Fuerzas Armadas Peronistas – FAP e os Montoneros. Outros grupos guerrilheiros se formaram sem terem relação direta com o peronismo, mas acabaram se vinculando com este, como no caso das Fuerzas Armadas Revolucionarias – FAR, que anos depois fundir-se-iam com os Montoneros. Por sua vez, outros grupos mantiveram-se afastados do peronismo, como foram os casos do ERP (Ejército Revolucionário del Pueblo), de orientação trotskista, e das FAL (Fuerzas Armadas de Liberación).

Apesar desse clima complicado em termos políticos, economicamente o país mantinha a fase de forte expansão que havia predominado nos anos sessenta, ainda que desde o crescimento de 8,5% do PIB verificado em 1969, esse ritmo vinha se desacelerando até atingir 3,7% em 1972, enquanto o desemprego se elevava a 10% da PEA (Muchnik, 1998: 62). O país, que de acordo com o censo de 1970 contava com uma população de 23.364.431 habitantes – 79% destes concentrados nas zonas urbanas (principalmente nas regiões metropolitanas de Buenos Aires, Córdoba e Rosário) – continuava apresentando o maior PIB *per capita* da América Latina: US$ 3.713 (Tabela 1). Em termos relativos, no entanto, sua liderança em relação aos demais países da região havia diminuído no período 1950-1973. Na comparação com o desempenho dos países centrais e de países em desenvolvimento como Japão, Coréia do Sul e Taiwan, constata-se com maior nitidez que o ritmo de expansão da economia argentina havia sido relativamente insatisfatório no período.

O fim da proscrição ao peronismo e sua vitória nas eleições de 11 de março de 1973 eram avaliados por parte significativa da população como a esperança de que o país deixaria para trás as décadas de intensos conflitos sociais vividas desde a queda de Perón em 1955. No entanto, essa foi apenas uma ilusão. Apesar do fim da proscrição ao peronismo, o líder do Partido Justicialista, o general Perón, não se lançou candidato à presidência. Nesse contexto, foi nomeado candidato pela FREJULI (Frente Justicialista de Liberación)[6] o então delegado pessoal de Perón, Héctor Cámpora, que gozava de uma relação próxima às lideranças da ala esquerdista do peronismo. Eleito com 49,6% dos votos sob o lema de "Cámpora al gobierno, Perón al poder", Cámpora não suportaria por mais de 49 dias o caráter de "governo de transição" que desde o processo eleitoral o cercava.

[6] A FREJULI era o resultado de uma aliança entre o Partido Justicialista e partidos menores, tais como o MID (Movimiento de Integración y Desarrollo, do ex-presidente Frondizi), o PCP (Partido Conservador Popular, o qual aportaria o candidato à vice-presidência, Vicente Solano Lima) e o MIC (Movimiento de Izquierda Cristiana).

Tabela 1- Evolução do PIB *per capita* de Países Selecionados.
Em dólares internacionais (preços de 1980).

	1950	1973
ARGENTINA	**2.324**	**3.713**
Estados Unidos	6.697	10.977
Inglaterra	4.171	7.413
Canadá	4.822	9.350
Austrália	4.389	7.696
Itália	2.323	6.824
Japão	1.116	6.622
Média OCDE*	3.553	7.852
Brasil	1.073	2.504
Chile	2.350	3.309
México	1.169	2.349
Coréia do Sul	564	1.790
Taiwan	526	2.087

* Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, Inglaterra, Estados Unidos.
Fonte: Maddison (1989: 19).

Segundo Romero (2000: 204), seja por tolerância, por simpatia, ou por debilidade, o presidente permitiu uma ampla "primavera" popular, tendo como principais marcos a liberação e a anistia de presos políticos e a invasão de empresas estatais, hospitais e escritórios pelos diversos agrupamentos peronistas. Diante dos clamores de diversos setores do peronismo pela volta de seu líder ao poder e da visão cada vez mais disseminada de que Perón seria o único capaz de trazer a ordem de volta ao país – em um dos diferentes papéis que Perón assumiu no período de exílio, que ia desde o de pacificador do povo argentino até o de líder de uma possível revolução socialista no país[7] –, Cámpora não pôde suportar a pressão do sindicalismo e da ala direita do peronismo e renunciou em 13 de julho de 1973. Assumiria então o governo Raúl Lastiri, presidente da Câmara dos Deputados e genro do secretário pessoal de Perón e ministro de Bem-Estar Social, José López Rega, o homem-forte da direita peronista [8]. Foram convocadas novas eleições para 23 de setembro de 1973, quando a chapa constituída por Perón e sua esposa obteve uma votação digna de um plebiscito.

[7] Essa diversidade de papéis assumidos por Perón estaria relacionada a sua estratégia de manter a maior base de apoio possível para o seu retorno ao poder. Para essa discussão, ver Muchnik (1998: 51), Romero (2001) e Aguinis (2002).
[8] Pouco antes do retorno de Perón do exílio em Madri, ganharia força a ala ultra-direitista do movimento peronista, associada a López Rega, que imediatamente organizaria a partir do seu ministério o grupo paramilitar "Alianza Anticomunista Argentina" , mais conhecida depois como a "Triple A". Cf. Lobato e Suriano (2000) e Romero (2001).

Perón, então com 78 anos e já com a saúde debilitada, teria que administrar o conflito no interior do movimento peronista[9] e os conflitos distributivos entre patrões e empregados, além de assumir a missão de melhorar os indicadores econômicos que apontavam para um declínio mais severo do ritmo de crescimento do país e a persistência da inflação em patamares elevados. Perón apelaria essencialmente para um tripé formado por um acordo democrático com os partidos oposicionistas, um pacto social entre os grandes setores corporativos e uma condução mais centralizada do movimento peronista (Romero, 2001: 196). De um modo geral, apenas o acordo com os partidos oposicionistas seria bem sucedido. O conflito no interior do peronismo não conseguiu ser administrado, principalmente pela radicalização dos movimentos da ala revolucionária, após Perón ter deixado claro que não pretendia implantar a revolução socialista no país, declarando a ilegalidade do ERP e manifestando repetidas vezes sua preferência pela ala sindicalista do peronismo[10]. Quanto ao acordo entre trabalhadores (representados pela Confederación General del Trabajo - CGT) e empresários (reunidos na Confederación General Económica - CGE), ainda que este tenha resistido durante o governo de Perón, não suportaria por muito tempo às condições adversas do cenário econômico.

A tradicional visão intervencionista, nacionalista e distributivista do peronismo fez-se presente no programa econômico implantado desde maio de 1973 pelo ministro da Economia José Ber Gelbard, empresário que chefiava a CGE e que possuía ligações tradicionais com o peronismo. Seu plano econômico apelava para um congelamento de preços e salários, cujo reajuste inicial de 20% exigiria como contrapartida a suspensão das negociações coletivas por dois anos. A prioridade que a equipe econômica dava para o pacto social assinado entre patrões e empregados em 8 de junho de 1973 (Acta de Compromiso Nacional para la Reconstrucción, Liberación Nacional y la Justicia Social) explica-se pelo diagnóstico que a equipe tinha do processo inflacionário argentino. Para esta, boa parte desse processo era explicada pelo atendimento constante das reivindicações realizadas pelos sindicatos por reajustes de salários, dado que os reajustes obtidos eram repassados aos preços e formavam, assim, a espiral inflacionária (Rapoport, 2003: 692).

As diferentes medidas anunciadas pelo ministro e as diretrizes do Plano Trienal 1974-1977 tinham como base o desejo de fortalecer a indústria nacional, como uma forma de diminuir a concentração da produção em grandes empresas transnacionais ocorrida na década anterior. Entre

---

[9] Esse conflito, que resultaria em assassinatos e atos diversos de violência, tinha como motivo a briga entre as diferentes alas do peronismo pela preferência do líder e, conseqüentemente, a possibilidade de colocar em prática suas concepções de como deveria ser orientada a condução do país. Um retrato da gravidade desse conflito foi o "massacre de Ezeiza", quando, segundo dados oficiais bastante discutíveis, treze pessoas morreram e 365 ficaram feridas em um confronto entre militantes peronistas durante a concentração que reuniu entre dois e seis milhões de pessoas nos arredores do aeroporto de Ezeiza para receber Perón em seu retorno definitivo ao país, em 20 de junho de 1973. Cf. Muchnik (1998: 54-55), Lobato e Suriano (2000: 467) e Romero (2000: 207).

[10] Apenas dois dias após a eleição de Perón, o sindicalista José Ignácio Rucci (secretário geral da CGT e colaborador próximo de Juan D. Perón) seria assassinado por militantes do grupo Montoneros.

essas medidas estavam a "Lei da Defesa do Trabalho e da Produção", a "Lei de Promoção Industrial" e a "Lei de Entrada de Capitais". Em linhas gerais, estavam aí incluídas medidas tais como a concessão de linhas especiais de crédito (valendo-se da importante influência que o Banco Central tinha sobre as atividades do sistema bancário), o privilégio à indústria nacional nas compras governamentais, a concessão de subsídios para projetos industriais de interesse nacional, a elevação das quotas de importação às indústrias nacionais e uma maior restrição à participação de capitais estrangeiros em empresas nacionais e às remessas de recursos às suas matrizes (Muchnik, 1998: 65-66).

Apesar de manter seu papel de gerador das divisas necessárias para a expansão do setor industrial, o setor agro-exportador não veria seus ganhos serem comprometidos no primeiro ano do segundo governo peronista, já que o aumento da produção e da produtividade agrícola estavam entre as metas do governo[11], ao mesmo tempo em que a conjuntura internacional era favorável ao setor: os preços das *commodities* nos mercados internacionais estavam elevados[12] e novos mercados consumidores estavam sendo abertos nos países socialistas, como Cuba e a União Soviética. O Estado também participou ativamente na formação de demanda interna, ao elevar consideravelmente seus gastos com assistência social e na contratação de funcionários públicos (Tabela 2). Outro ramo de atuação do Estado foi na regulação da atividade econômica, através de órgãos como as juntas de cereais e carnes (que controlavam a produção e comercialização desses produtos, a exemplo do ocorrido na primeira experiência peronista), a "Corporación de Empresas Nacionales" (que tinha como objetivo incentivar as exportações de bens industriais) e a "Comisión Nacional de Precios y Salarios", cuja tarefa era fiscalizar o cumprimento do congelamento de preços e salários.

O plano econômico de Gelbard apresentou resultados iniciais bastante positivos no controle da inflação e no crescimento econômico, o que somado à situação favorável proporcionada pela perspectiva de estabilidade política e ao aumento da demanda externa e interna traziam um clima de otimismo ao país:

> Naqueles triunfantes dias de 1973, o clima de euforia era estimulado por todos os lados. A balança comercial argentina, como nos velhos tempos, registrava um saldo comercial de US$ 1 bilhão. As metas-chaves de Perón pareciam perfeitamente viáveis. Estavam se abrindo novos mercados de exportação no Leste Europeu. As multinacionais reviam seus cronogramas de investimento e prometiam inundar o país de dinheiro. Os setores modernos da economia – automóveis, aço, material ferroviário e naval – cresciam. (...). Patrões e empregados se confraternizavam nas fábricas e juravam solenemente não reivindicar preços nem salários por dois anos. As chances perdidas, não havia dúvidas, podiam ser resgatadas. (Viana, 1992: 84-85).

[11] Entre as medidas adotadas pelo governo nesse sentido estavam a prática de uma política de preços mínimos, a concessão de benefícios fiscais e a formulação de uma política creditícia favorável ao setor agropecuário. Cf. Rapoport (2003: 693).

[12] Segundo Maddison (1989: 86), o índice de preços das exportações mundiais se manteve praticamente inalterado entre 1951 e 1969, aumentando a partir de então até atingir 23% em 1973. Deve-se considerar, no entanto, que esse índice inclui o preço do petróleo.

Tabela 2 - Indicadores Fiscais: Setor Público Não-Financeiro - 1970-1975
Em % do PIB

	Gastos	Juros	Gasto Total	Resultado Primário	Resultado Financeiro
1970	24,4	0,77	25,1	-1,1	-1,9
1971	24,4	0,85	25,2	-3,6	-4,4
1972	23,4	1,04	24,5	-4,8	-5,8
1973	25,7	0,98	26,6	-6,5	-7,5
1974	28,3	1,12	29,4	-6,6	-7,8
1975	27,4	1,16	28,5	-12,7	-13,8

Fonte: MECON (2004).

Os anos de 1973 e 1974 foram de retomada do ritmo de crescimento da economia argentina, com taxas da ordem de 5,5% e 6,6%, respectivamente, como pode ser visto na Tabela 3. Como havia sido planejado pelo governo, os impulsos para essa retomada vieram tanto da frente externa (pelo aumento das exportações)[13] como da frente interna, onde o aumento da ocupação industrial, a expansão do quadro de funcionários públicos e os ganhos salariais dos trabalhadores permitiram aumentar o consumo e a atividade nos setores de serviços e construção civil.

Tabela 3 - Indicadores Macroeconômicos Selecionados - 1970-1975

	PIB (Var. %)	Preços ao Consumidor (Var. %)	Salários Reais (1980 = 100)	Conta Corrente (% do PIB)	Exportações (US$ milhões)	Importações (US$ milhões)	Saldo Balança Comercial (US$ milhões)
1970	4,9	21,7	---	-0,8	1.773,2	1.694,1	79,1
1971	4,9	39,1	263,0	-1,8	1.740,4	1.868,1	-127,7
1972	3,7	64,1	216,0	-1,0	1.941,1	1.904,7	36,4
1973	5,5	43,8	268,0	2,7	3.266,0	2.235,3	1.030,7
1974	6,6	40,2	264,0	0,4	3.930,7	3.634,9	295,8
1975	-1,3	335,1	218,0	-3,5	2.961,3	3.946,5	-985,2

Fontes: FMI / International Financial Statistics e Dornbusch e De Pablo (1990).

No entanto, em meados de 1974 o cenário econômico começava a dar sinais de reversão. A crise do petróleo – provocada pela política de fortalecimento de preços praticada pela OPEP desde meados do ano anterior – afetava cada vez mais a balança comercial argentina, ao elevar os gastos

[13] O resultado excepcional das exportações permitiu também a recomposição das reservas internacionais do país, que saltaram de US$ 529 milhões no início de 1973 para US$ 1412,4 milhões no princípio de 1974, evitando assim, temporariamente, problemas de gargalos nas importações.

com a importação desse produto[14]. Além disso, os preços dos produtos importados se elevaram (reflexo do aumento de custos em nível mundial) e, ao ocorrer uma retração das economias centrais, houve um comprometimento das exportações argentinas de carnes e, mais adiante, das exportações argentinas em geral (tanto pela queda no *quantum* exportado quanto, principalmente, pela queda dos preços das *commodities* no mercado internacional). A combinação entre aumento do consumo interno, queda da área plantada[15] e o ritmo insuficiente de novos investimentos na pecuária e no setor industrial, por sua vez, levou a economia argentina a trabalhar a níveis muito próximos da total utilização da capacidade instalada, o que impulsionaria os produtores a optarem por manobras para driblar o congelamento de preços, como o desabastecimento, a cobrança de ágio e a formação de mercados negros para determinados produtos. Essa situação uniria trabalhadores e empresários pelo fim do congelamento de preços. Por fim, o crescimento do déficit fiscal[16], financiado por emissão monetária, atuava como outra fonte de pressão inflacionária. O fim do congelamento, ainda que não definitivo, ocorreria em março de 1974, quando o próprio governo, que também sofria com a pressão dos custos que não podiam ser repassados às tarifas congeladas, deu início a uma rodada de reajustes de preços e salários que, no entanto, não satisfaria às demandas setoriais.

O falecimento de Perón em 1º de julho de 1974 desmoronaria a frágil estrutura que controlava as pressões corporativas e, conseqüentemente, trouxe de volta a instabilidade social ao país. Isabelita, além de não conseguir herdar o poder político de Perón, adotou uma estratégia diferente da praticada por seu antecessor, ao abandonar o tom conciliador para posicionar-se claramente a favor da ala direitista do peronismo, apoiando-se especialmente em López Rega, que já durante a presidência de Perón vinha ganhando espaço no governo. Mais tarde, a presidente se aproximaria dos sindicalistas reunidos nas "62 Organizaciones" e, em meados de 1975, aos militares. A identificação da presidente com a ala direitista do peronismo custou a Isabelita a intensificação das ações terroristas (cujos principais alvos eram os sindicalistas e os militares) e a uma pressão cada vez mais intensa dos trabalhadores por novos reajustes salariais. Para complicar ainda mais o já difícil quadro institucional, entraram em ação milícias paramilitares[17] (a mais conhecida sendo a Triple A) e, por solicitação do governo, os militares passaram a atuar diretamente no combate aos subversivos a partir de meados de 1975.

---

[14] O gasto com aquisição de petróleo passou de 3,1% do valor das importações totais antes da crise para uma participação próxima a 15%. Cf. Rapoport (2003: 697).

[15] A queda nos preços internacionais e o aumento da incidência de impostos sobre o setor agropecuário trouxeram à tona a insatisfação do setor agrícola com a política econômica do ministro Gelbard. Essa reação se tornaria ainda mais intensa quando o ministro passou a controlar mais severamente os preços da carne como forma de conter as pressões inflacionárias.

[16] Rapoport (2003: 695) ressalta que, apesar do aumento da arrecadação fruto do crescimento econômico, da criação de novos impostos (como o IVA) e do aumento de alíquotas dos impostos, este incremento das receitas foi insuficiente para compensar a elevação dos gastos correntes do governo.

[17] A ação dos paramilitares não se limitava a perseguir e assassinar membros da ala radicalizada do peronismo, mas também envolvia a perseguição a políticos, intelectuais, artistas, jornalistas e sindicalistas contrários ao governo. Cf. Lobato e Suriano (2000: 471), Luna (1983) e Romero (2001).

Economicamente, a situação do país também voltava a ser marcada pela instabilidade. Bastante contestado pelos representantes do setor produtivo e pelos sindicalistas, Gelbard[18] aproveitaria a ocasião de um problema de saúde para renunciar ao cargo de ministro da Economia em outubro de 1974, sendo substituído por Alfredo Gómez Morales. Isabel Perón anunciou medidas no sentido de aumentar o grau de nacionalização da economia[19], de modo a agradar os sindicalistas, enquanto o ministro Gómez Morales tratava de adotar uma política monetária mais restritiva que, no entanto, foi prejudicada pelo crescente déficit fiscal, que só tornava as metas factíveis pelo aumento do endividamento (Rapoport, 2003: 699). Os indicadores econômicos não paravam de piorar: apesar do aumento de 20% das exportações sobre o já excepcional resultado de 1973, o saldo comercial argentino encerrou o ano de 1974 com um superávit de apenas US$ 296 milhões, graças ao aumento de 63% no montante gasto com importações. O déficit público se expandiu, atingindo 7,8% do PIB (ante 7,5% no ano anterior) e a inflação crescia a um ritmo cada vez maior.

Sem obter êxito em melhorar o quadro macroeconômico, uma nova substituição seria realizada no Ministério da Economia no início de junho de 1975, quando assumiu a pasta Celestino Rodrigo. Este, na tentativa de solucionar a distorção nos preços relativos e face à difícil situação das contas públicas, optou por um pacote econômico com medidas extremas, que ficou conhecido como "Rodrigazo": uma maxi-desvalorização do peso (de 160% no câmbio comercial e de 100% no câmbio financeiro), eliminação do controle sobre os preços do setor privado e aplicação de um forte reajuste das tarifas públicas, que chegou a 181% no caso dos combustíveis e 75% no transporte público (Rapoport, 2003: 700). Essas medidas foram tomadas no meio das negociações salariais (as "paritárias"), que estavam sendo realizadas ao terem se cumprido os dois anos do Pacto Social. Diante dessa situação, mesmo aqueles sindicatos que já tinham chegado a acordos reabriram as negociações; como resultado, foram acordados reajustes salariais de até 200%. Em princípio tais aumentos foram vetados pela presidente – que se propunha a conceder, no máximo, um reajuste salarial de 50% – mas esta terminaria cedendo às pressões dos sindicalistas e aprovaria os reajustes, que logo seriam consumidos pela inflação, levando a novos protestos por reajustes salariais. Em desaprovação ao ato da presidente, o ministro Celestino Rodrigo renunciaria, enquanto José López Rega (o principal mentor de Isabelita Perón) seria afastado do governo atendendo a pedido dos sindicalistas.

[18] A mudança do clima geral no país pode ser medida pelo fato de que Gelbard, que sofreu forte oposição da esquerda peronista no governo Cámpora, viria a ser demitido, entre outras coisas, por ser suspeito de simpatizar com essa mesma esquerda.

[19] Foram anunciados a "argentinização" dos postos de combustíveis pertencentes às companhias Shell e Esso, a anulação dos contratos de fornecimento de equipamentos telefônicos à empresa estatal ENTel pelas empresas Siemens e ITT e a nacionalização de cinco bancos adquiridos por capitais estrangeiros durante o período militar anterior ao retorno de Perón. Cf. Rapoport (2003: 698).

O cenário da economia argentina ao final de 1975 era, portanto, totalmente diferente do observado em meados de 1973: a balança comercial registrou um déficit de quase US$ 1 bilhão, o que contribuiu para que as reservas caíssem de US$ 1.340,8 milhões para US$ 617,7 milhões. O PIB recuou 1,3% (3% em termos *per capita*), o que em parte explica o fato da relação déficit público em relação ao PIB ter saltado de 7,8% para 13,8%[20]. No que se refere à inflação, o quadro era caótico, com uma taxa acumulada de 335,1% que se refletiu numa queda drástica dos salários reais. As projeções para 1976 eram de uma queda do PIB da ordem de 6% e, se a inflação mantivesse o ritmo do início do ano, terminaria acumulando uma alta da ordem de 4.500% (Luna, 1983: 152). Esse era apenas o presságio da derrocada argentina que se veria a partir de então e que começaria a ser revertida somente no início dos anos noventa.

Três ministros da economia que se sucederam a Celestino Rodrigo até o final do governo de Isabelita Perón, Pedro José Bonanni (22/07 a 14/08/1975), Antônio F. Cafiero (14/08 a 03/02/1976) e Emilio Mondelli (03/02 a 24/03/1976). Contudo, pouco puderam eles fazer para reverter o complexo quadro econômico argentino, em um ambiente externo desfavorável e interno altamente convulsionado, totalmente diferente do observado em meados de 1973. Cafiero, um economista e político muito respeitado, tentaria solucionar o problema argentino através da aplicação de um mecanismo de indexação de preços e salários, da implantação de um sistema de minidesvalorizações cambiais e da obtenção de empréstimos no mercado internacional para solucionar a questão do balanço de pagamentos. Mondelli, por sua vez, adotou um plano econômico que incluía negociações com o FMI, de modo a obter um empréstimo *stand-by* que permitiria aliviar a difícil situação das contas externas, uma desvalorização de 22%, um aumento salarial de 12%, um aumento dos combustíveis de 77% e o estabelecimento de preços máximos para os produtos da cesta básica (Luna, 1983; Rapoport, 2003). Todavia, a deterioração parecia irreversível, como sugere Luna:

> ¡Qué diferencia entre esa Argentina que había votado a Perón esperando que el anciano líder fuera una garantía de paz y orden, con esa Argentina de fines de 1975 marcada por el miedo y la inseguridad! La fiesta había terminado y alguien tenía que pagar las cuentas…Había una sensación de disgregación inminente. Y un ambiente tétrico que se percibía físicamente: cada ciudad argentina registraba estallidos de bombas, secuestros, atentados, tiroteos, raudos automóviles con tipos descaradamente armados que podían ser guerrillero, custodios, mercenarios al servicio de cualquier organización o policías… (Luna, 1983: 155).

O ambiente de verdadeiro descontrole econômico[21], social (inclusive com a ocorrência de um *lock out* organizado por empresários) e institucional, aliado à divulgação de um possível

[20] O efeito negativo do recrudescimento do processo inflacionário sobre a arrecadação também foi muito importante para explicar o aumento do déficit. Cf. Rapoport (2003: 700).

[21] "En ese momento [febrero de 1976], el dinero argentino virtualmente no existía: se compraba y vendía en dólares; todo peso que pudiera sobrar se invertía en adquirir divisas y los que no podían hacerlo acumulaban mercaderías, aun

envolvimento de Isabelita Perón em um ato de desvio de recursos públicos, acabou consumindo todas as possibilidades de manutenção da ordem democrática, a despeito da preocupação de políticos e sindicalistas quanto à iminência de um novo golpe militar, previamente anunciado em um *ultimatum* proferido pelo então ministro-chefe do Exército, general Jorge Rafael Videla, no final de 1975. Vencido o prazo de noventa dias citado no *ultimatum*, em 24 de março de 1976, os militares novamente tomariam o poder.

2. Uma Avaliação da Política Econômica Durante a Segunda Gestão Peronista

A análise das medidas de política econômica e de seus resultados, descritos na seção anterior, bem como a leitura de diferentes trabalhos abordando o tema, nos permite levantar um conjunto de críticas a determinados pontos da política econômica adotada pelo peronismo no período 1973-1976.

A gestão de Gelbard à frente do Ministério da Economia, entre maio de 1973 e outubro de 1974, esteve marcada pelas políticas de caráter nacionalista e pela tentativa de redistribuição de renda em favor da classe trabalhadora, em um contraponto claro à política que havia vigorado durante o governo de Onganía, que privilegiou a atração de capitais externos e as políticas de viés ortodoxo. Um dos traços mais criticados da política econômica de Gelbard foi o uso constante de controles de preços. Na visão de Fernández (1983: 227), um economista monetarista, essa prática devia ser condenada, já que obedecia a uma política de ingressos com claros objetivos políticos e que uma de suas conseqüências foi o aparecimento de mercados negros tanto para divisas quanto para todos os bens e serviços cujos preços foram congelados. Muchnik (1998: 68) também destaca a existência dessa relação, enfatizando que o congelamento de preços era um incentivo negativo para o investimento no setor produtivo (como ocorreu no caso do setor metalúrgico), ao mesmo tempo em que os preços elevados praticados no mercado negro estariam por trás do problema do recrudescimento dos reclamos dos sindicalistas por aumentos salariais.

Outro ponto questionado da política econômica do período foi a demora das autoridades em adotar medidas no sentido de reverter a deterioração das contas externas, o que assumiu tons dramáticos a partir de 1974. Essa deterioração refletiu-se principalmente no retorno de um problema recorrente para o país em vários momentos de seu processo de industrialização: a formação de gargalos externos em função da falta de divisas para a importação de bens de capital e matérias-primas essenciais ao setor industrial. A ênfase dada à expansão da indústria nacional não esteve acompanhada de uma política de incentivo ao aumento das exportações de produtos

---

las más innecesarias, urgidos por la sensación de que el poder adquisitivo de la moneda nacional se evaporaba en las manos". (Luna, 1983; 157).

industrializados, de maior valor agregado. A política de Gelbard mantinha a estrutura utilizada pelos militares, de utilizar quase que unicamente o setor agro-exportador como fonte geradora das divisas necessárias para as importações do setor industrial. Quando o cenário externo começou a mostrar sinais de reversão, a partir de finais de 1973, o governo teria demorado em adotar medidas que evitassem o comprometimento das contas externas e garantissem o abastecimento do setor industrial com os bens de capital e insumos importados necessários. Esse é o ponto de vista de Muchnik (1998: 68), que critica tanto a demora na resolução do problema de importação de insumos quanto o excesso de burocracia. Brailovsky (1982: 186) aponta que a ausência de uma desvalorização corretiva (inviabilizada pelo congelamento de preços, que não poderia ter se sustentado se o câmbio fosse modificado) e de uma política seletiva de importações no momento certo acabaram alimentando um movimento de sobreimportação, de caráter especulativo.

No entanto, o ponto negativo mais notável do período parece ter sido a má gestão das contas públicas, pelo aumento significativo dos gastos correntes em detrimento do investimento e das dificuldades encontradas em se elevar a arrecadação. Fernández (1983: 227) aceita, em parte, a justificativa dos ministros peronistas de que a herança recebida dos militares era bastante complexa, mas o autor ressalta que, por sua vez, os peronistas contribuiriam a complicar ainda mais a situação ao promoverem uma séria deterioração da disciplina fiscal do setor público no período 1973-1975. Além do aumento dos gastos do governo central, o autor enfatiza o crescente déficit das empresas estatais (que teria sido de 2% do PIB, em 1975), que estaria relacionado a outra fonte de ineficiência na gestão macroeconômica dos peronistas: a intervenção do Estado sobre a estrutura de preços da economia.

Lobato e Suriano (2000: 483) enfatizam que o aumento significativo dos investimentos sociais e o crescimento do quadro de funcionários públicos foram medidas que permitiram uma rápida ativação do consumo interno na gestão de Perón, mas que, por outro lado, fizeram com que o déficit fiscal se elevasse com rapidez. Muchnik (1998: 14) atribui à gestão política e econômica peronista do período 1973-1976 a erupção de problemas que marcariam negativamente a economia argentina não apenas nesses anos, mas que seriam também o ponto de partida para os desequilíbrios econômicos que resultariam na hiperinflação que eclodiria em 1989, nos instantes finais do governo de Raúl Alfonsín. Para o autor, a tentativa feita pelo ministro Gelbard de dar uma sobrevida ao modelo de desenvolvimento nacional-popular, privilegiando os assalariados e a indústria nacional em detrimento do setor agrário-exportador e do capital estrangeiro acabaria levando à adoção de medidas de política econômica equivocadas, que resultaram no agravamento do desequilíbrio fiscal, na forte redução das reservas internacionais, na retomada do processo inflacionário e no agravamento dos problemas estruturais do país.

A partir da saída de Gelbard do Ministério da Economia, a política econômica peronista caminharia cada vez mais em direção à ortodoxia. Mesmo assim, os resultados fiscais só pioraram. Luna (1983: 153) aponta que a crise econômica que o país vivia em 1975 tinha raízes na incapacidade dos ministros da economia nomeados por Isabelita Perón em elaborar soluções para a herança recebida da gestão econômica de Perón, principalmente no que se refere ao gasto público, que tinha adquirido uma dinâmica que parecia incontrolável[22]. As dificuldades em se administrar tal situação fiscal em um contexto de turbulência econômica resultariam em outra prática comum no período e que certamente ajudava a alimentar o processo inflacionário: a emissão monetária com fins de financiar o Estado.

A virada ortodoxa tampouco conseguiu reverter os problemas impostos pela difícil situação das contas externas. Na visão de Brailovsky (1982: 186), a tentativa feita durante a gestão de Gómez Morales de reverter o agravamento das contas externas pela via da redução dos salários reais se mostraria ineficaz devido ao erro de avaliação do quadro estrutural do país. Com efeito, uma situação de semi-pleno emprego como a do final de 1974 tornava rígidos os salários reais à baixa. Ainda segundo o autor, faltou criatividade às novas autoridades econômicas para elaborar políticas que corrigissem o rumo das crescentes importações e que pudessem pelo menos amenizar o ritmo de queda das exportações.

A tentativa de seu sucessor, Celestino Rodrigo, em ampliar o uso do instrumental ortodoxo mostrou-se, no entanto, ainda mais desastroso. Parece haver um consenso de que o "Rodrigazo" teve como único efeito o agravamento do quadro econômico e social do país, levando de vez a economia argentina ao colapso. Lobato e Suriano (2000, 485), por exemplo, enfatizam que "La principal consecuencia de esta política económica fue la recesión generalizada, perceptible en el descontrol de los precios, la especulación cambiaria, la disminución del PBI y el deterioro del salário". Brailovsky (1982: 186-187) considera que o "Rodrigazo" refletiu a combinação entre a opção ortodoxa e o complexo quadro social da época, combinação esta que resultaria em uma queda da demanda que atuou como um multiplicador negativo sobre toda a cadeia produtiva. Ferrer (1983: 197-198) enfatiza que o salto inflacionário provocou o desmantelamento do setor público e da área monetária, pois a arrecadação foi fortemente comprometida e a única alternativa encontrada ao final do governo de Isabelita Perón foi a conversão do Banco Central na principal fonte de financiamento público, provocando uma forte expansão da oferta monetária.

Vale salientar que os efeitos negativos do "Rodrigazo" sobre o sistema econômico do país tiveram uma dimensão tal que muitos autores consideram a implantação deste como o marco inicial do processo hiperinflacionário argentino e de uma série de outros problemas econômicos e políticos

[22] O autor faz menção ao aumento de 24% no quadro de funcionários públicos no período 1973-1975, comparando com o crescimento de apenas 7% no período 1961-1971. Cf. Luna (1983: 153).

que o país enfrentaria nas décadas seguintes. Este é o caso, por exemplo, de Sturzenegger (2003: 21), que enfatiza que o "Rodrigazo" foi o primeiro dos grandes movimentos de transferência de renda no interior da economia argentina em resposta à natureza violenta das políticas econômicas. Para o autor, o plano não só gerou fortes realinhamentos de preços, como também promoveu a espiralização da inflação, movimentos estes que destruíram o pouco que restava de incentivo à poupança e ao investimento no país.

3. Os Limites à Execução de uma Política Econômica Bem-sucedida Durante a Segunda Gestão Peronista

A despeito do fato de se reconhecer que a adoção de um referencial de política econômica obedece a critérios ideológicos, deve-se reconhecer que sua elaboração e, principalmente, sua execução não podem estar totalmente dissociadas do contexto social e político em que ela deve ser aplicada, principalmente em uma situação de crise, quando as soluções aos desequilíbrios macroeconômicos devem levar em consideração a dotação de fatores disponíveis no curto prazo e a demanda dos agentes econômicos por rapidez na obtenção de resultados positivos.

Tendo-se essas premissas em mente, ao observarmos o contexto em que se deu o segundo período peronista, dois fatores, em especial, parecem estar intimamente ligados ao fracasso das políticas econômicas adotadas, seja por incentivar a adoção de medidas equivocadas, seja ao agravar os resultados desses equívocos, seja ao impor limitações ao uso de instrumentos desejáveis para reverter os desequilíbrios existentes. O primeiro desses fatores seria a reversão, a partir de 1973, do cenário internacional antes favorável ao país; os efeitos negativos dessa reversão da economia mundial se fariam sentir principalmente pelo agravamento das contas externas, o que trouxe de volta ao país a questão do estrangulamento externo. Somado a este primeiro fator, tem-se o elevado grau de conflitividade no interior da sociedade argentina, conflitividade esta concentrada em dois âmbitos: o social (refletido no conflito distributivo entre patrões e empregados) e o político (retratado principalmente pelos conflitos entre as diferentes alas do partido hegemônico, o Partido Justicialista, mas também visível no acionar da guerrilha não-peronista, dos militares e da polícia).

O marco principal da reversão do quadro externo foi a Crise do Petróleo, ocorrida em meados de 1973. A brusca elevação do preço do petróleo em decorrência da nova política da OPEP provocou não apenas o aumento de gastos com a importação do combustível, mas também gerou uma onda inflacionária que demandou dos países medidas no sentido tanto de controlar suas disponibilidades de divisas quanto de controlar a ameaça inflacionária. Em um primeiro momento, a Argentina viu saltar o valor destinado à importação de petróleo. Pouco tempo depois, as importações seriam pressionadas pelos aumentos dos preços internacionais, em um momento em

que a economia argentina crescia a taxas acima de 5% a.a.. As exportações, por sua vez, cresceriam a uma taxa bem menor que as importações em 1974, em resposta à queda nos preços das *commodities* e da decisão do Mercado Comum Europeu em fechar seu mercado de carnes para o país. Se em 1974 o aumento do *quantum* exportado permitiu compensar uma parte do incremento dos gastos com importação, em 1975 a reversão do valor das exportações transformou a questão do estrangulamento externo uma situação crítica, que somou uma restrição à política anti-inflacionária[23], comprometeu a possibilidade de ampliação dos investimentos no setor produtivo, aumentou o grau de insatisfação de setores empresários e levou a uma queda da renda agropecuária, que resultou em redução da área plantada e em aumento da insatisfação do setor.

Os problemas trazidos pela reversão do cenário internacional começaram a despontar de maneira significativa a partir de 1974. No entanto, outro importante limitante à política econômica peronista já dava seus sinais claros desde a posse de Héctor Cámpora: a elevadíssima carga de conflitividade social e política no país. Esse fator está no centro de grande parte das análises sobre as dificuldades econômicas e institucionais vividas pelo país nesse período, e pode explicar a impossibilidade da adoção de uma resposta "à brasileira" de saída em marcha forçada (como classicamente discutida por Castro, 1985) perante o choque do petróleo por parte das autoridades argentinas. Brailovsky (1982: 185), por exemplo, chega a minimizar a problemática das contas externas, salientando que o tenso contexto político da época teve impacto sobre o instrumental econômico a que poderia recorrer o Estado para manter o ritmo de crescimento que o país vinha apresentando desde o final da década de sessenta:

> Se suponía que tal crecimiento de las importaciones pondría en peligro al débil sector externo, por escasez de divisas para continuar la expansión. En realidad, no se había llegado a una situación de peligro por el lado del sector externo, sino el peligro era político: si se deseaba continuar la expansión, era necesario que el Estado asumiera nuevas funciones de ordenamiento de la economía, para permitir una expansión con estricto ahorro de divisas, y para canalizar las inversiones con la mayor eficiencia posible. (...). Sin embargo, todas esas herramientas podían ser calificadas de estatistas y, por ende, sospechosas de conducir el país hacia el socialismo.

Três seriam os principais focos de conflitividade social na Argentina durante o período estudado: os conflitos políticos no interior do peronismo (entre os membros da ala revolucionária, do sindicalismo e da extrema direita do próprio partido), os conflitos distributivos entre patrões e empregados e os conflitos no interior da classe empresarial (entre nacionalistas, concentrados na CGE, e liberais, concentrados na UIA – Unión Industrial Argentina). Apesar desses conflitos terem atingido seu ápice durante a presidência de Isabelita Perón, deve-se recordar que esses conflitos são anteriores à sua chegada ao poder, e inclusive os dois últimos podem ser remetidos às décadas de

[23] Para Lobato e Suriano (2000: 484-485), esses eventos no âmbito externo deixariam em evidência a crise do Plano Gelbard a partir de março de 1974, ao expor a fragilidade do processo econômico já comprometido por certos desajustes internos. A problemática externa também contribuiria a agravar os efeitos do "Rodrigazo".

cinqüenta e sessenta. Tanto que Fernández (1983: 222) afirma que a crise que a Argentina atravessava na segunda metade do século tinha uma natureza muito mais institucional do que devido a fatores conjunturais, sendo que, para ele, o grande inibidor do desenvolvimento do país no longo prazo era a estrutura corporativista que dominava a organização econômica argentina. Nessa mesma linha, Goransky (1998: 254) considera que os conflitos corporativos influenciaram negativamente a economia argentina, tanto no curto quanto no longo prazos, dado que os complexos corporativos empresário, sindical e político impulsionavam mudanças com o único objetivo de preservar seus interesses curto-prazistas.

O retorno de Perón à presidência em 1973, com sua ascendência sobre o justicialismo e com a carga política que lhe foi dada pelos mais de 60% dos votos, permitiu que o então presidente controlasse momentaneamente esses focos de conflitos, possibilitando a consolidação do Pacto Social assinado por Cámpora, e o retorno dos investimentos produtivos, pelo menos por parte dos empresários locais, dado que os investimentos das empresas estrangeiras estavam desestimulados pela política nacionalista de Gelbard e pela retórica peronista, tradicionalmente arredia às multinacionais.

A força de Perón conseguiria conter os ímpetos distributivistas e consolidar o Pacto Social. Porém, a real falta de disposição dos diferentes agentes em abrir mão de seus interesses impediu que estes abandonassem suas reivindicações em favor de um objetivo comum de médio e longo prazos. Tanto que, na primeira oportunidade, o clima de discórdia seria retomado, como descrevem Gerchunoff e Llach (1998: 343-344):

> (…) [El Pacto Social] era el plan de un gobierno que contaba con un apoyo mayoritario, y nadie quería quedar al margen de un proceso de decisiones que se suponía cooperativo. Pero la realidad era que ni los unos ni los otros estaban del todo conformes con lo que habían conseguido. (…). Para muchos gremialistas, el Pacto Social significaba un recorte de poder, porque por un plazo fijo – y prolongado – desaparecía por completo su capacidad negociadora. Por otra parte, la recomposición salarial no estaba a la altura de lo que esperaban de un gobierno identificado con los trabajadores. (…). Los empresarios tampoco podían estar del todo satisfechos con un programa que tenía como propósito explícito y central reducir la proporción del ingreso nacional recibida por el capital. (…). Esa aceptación era, en parte, una imposición de las circunstancias, pero también una reacción de relativo alivio, comprensible si se tienen en cuanta los escenarios alternativos que podían haberse esperado de un gobierno rodeado de radicalizados, como era el de Cámpora.

O controle satisfatório dos conflitos internos do peronismo foi, por sua vez, impossível de ser logrado, tendo até mesmo se agravado no governo de Perón, a tal ponto que o velho líder sugeriu apresentar sua renúncia caso não fosse possível obter um mínimo de consenso. O que se viu, no entanto, foi que a ala revolucionária retomou com intensidade suas ações, enquanto que as alas sindicalista e de ultra-direita, mais próximas a Perón, não o defenderam como o presidente esperava, já que, por exemplo, tratavam de desrespeitar de tempos em tempos os acordos

estabelecidos no Pacto Social (Gerchunoff e Llach, 1998: 335-336)[24]. Luna (1983: 153-154), por outro lado, enfatiza que o próprio Perón foi culpado por essa conflitividade – que Isabelita Perón herdaria –, ao ter "mimado" suas formações especiais desde o exílio e depois ter se afastado delas ao chegar ao poder, sem antes ter desmontado seus aparatos[25].

De qualquer forma, Perón pelo menos conseguiu conter parte importante do conflito distributivo existente no país, o que colaborou para o êxito inicial da política anti-inflacionária do ministro Gelbard. O falecimento do presidente, em julho de 1974, representaria o fim da amarra que continha essas pressões, que viriam em pouco tempo a desorganizar totalmente o ambiente institucional, impactando diretamente no ambiente econômico. Essa é a percepção que está presente, por exemplo, na análise de Lobato e Suriano (2000: 469-450), para quem "La muerte de Perón (...) agravó la crisis política en tanto desaparecía de escena la única figura capaz de contener y disciplinar las fuerzas internas en estado de guerra, aún con el precio de favorecer a alguna de ellas". Os autores lembram a postura dos Montoneros, que pouco depois da morte de Perón anunciava que não reconhecia a autoridade de Isabelita e, em setembro, retomaria oficialmente à luta armada (o que não significava que tivesse interrompido completamente tais atividades nos meses anteriores). Talvez o impacto disto tudo esteja melhor sintetizado por Leyba (2004: 34), para quem a morte de Perón é o marco inicial da "marcha de los argentinos hacia la tragedia", ao criar as condições para a chegada ao poder da direita peronista liderada por López Rega que, com a implantação de sua Triple A, daria início ao terrorismo de Estado, que seria aprofundado pelos militares pouco depois. Para o autor, esse movimento significava a destruição das bases da sociedade moderna em que os argentinos haviam vivido (com oscilações) nos trinta anos anteriores.

Para Gerchunoff e Llach (1998: 347), se o próprio Perón teve dificuldades em governar um país dividido, muito mais custaria isso para Isabelita, cujo governo "sin identidad, cooptado alternativamente por grupos enfrentados y acechado, ante el vacío político abierto trás la muerte de Perón, por la sombra creciente de otro golpe militar" não conseguia força suficiente para manter o Pacto Social vigente até então a duras penas. Viana (1992: 86) corrobora a visão de uma Isabelita Perón prisioneira da ala direitista e sindical do peronismo, das pressões exercidas pelos militares e herdeira de um país dividido, envolvido em uma tormenta de violência, inflação e recessão. O

[24] Deve se ter em conta que, no clima de radicalização do país, existia uma importante parcela do operariado que apoiava alternativas mais radicais (o sindicalismo dito classista), que chegara a controlar alguns sindicatos importantes. Apesar do fato de que o sindicalismo peronista exercia uma forte oposição aos mesmos, recorrendo muitas vezes a procedimentos nada democráticos para enfrentá-los, a mera existência destes criava uma pressão permanente por reivindicações, salariais e outras. Além disso, deve ser destacada a baixa qualidade da dirigência sindical argentina, muito mais preocupada com o enriquecimento pessoal do que com as reivindicações dos trabalhadores. Conste que os sindicatos, na medida em que controlavam as obras sociais (saúde, turismo, etc) dos trabalhadores, dispunham de volumes de recursos incomparáveis em relação aos de qualquer sindicato brasileiro. Um exemplo, talvez extremado, sobre a ética do sindicalismo argentino são as frases pronunciadas pelo milionário sindicalista Luis Barrionuevo, representante dos trabalhadores em restaurantes e afins, que já nos anos 90 afirmou que "isto [o país] se conserta se deixarmos de roubar por dois anos" e "aqui ninguém ganhou seu dinheiro trabalhando".

[25] Luna não sugere a maneira pela qual Perón poderia ter feito isto.

confronto interno do peronismo foi tão intenso e determinante para o fim do governo de Isabelita Perón que Canitrot e Sigal (1994: 98) afirmam que "the intensity of conflicts within the governing party led to hyperinflationary chaos in 1975 and the effective dissolution of state power". Gerchunoff e Llach (1998: 336) vão ainda mais longe e postulam, de maneira sintética e perspicaz, que o segundo governo peronista seria um "(...) extraño caso de un gobierno que cayó casi exclusivamente por las luchas internas en el partido oficial".

São notórias também as dificuldades impostas pelas entidades empresariais e trabalhistas na condução da política econômica, cujo ápice se deu quando da decretação do "Rodrigazo". Para Brailovsky (1982: 184), o processo recessivo argentino começou na verdade um pouco antes, nos meses finais de 1974, quando a luta pelo poder levou o governo peronista a realizar uma série de concessões a setores tradicionais para tratar de evitar a crescente ameaça de um golpe militar. Muchnik (1998: 43), que também considera que o próprio peronismo responsável pelo caos que tomou conta do país em 1975 e início de 1976, ressalta também que o setor empresarial "transnacional" teria especial interesse no colapso do governo de Isabelita Perón, de modo a facilitar o retorno dos militares ligados ao liberalismo econômico. Casas (1993: 61) faz referência à postura dos sindicatos quando da divulgação do plano econômico elaborado por Celestino Rodrigo em 1975, exigindo aumentos salariais proporcionais à desvalorização cambial. A atuação dos sindicatos como fonte de instabilidade política também é destacada em Lobato e Suriano (2000: 471), como no caso das mobilizações contra os ministros Gelbard, Rodrigo e López Rega. Os autores lembram também a ação dos empresários no sentido de agravar ainda mais o precário quadro político-institucional do governo de Isabelita Perón quando, em meio a um clima político e social instável, entidades como a Sociedade Rural Argentina, Confederações Rurais Argentinas e as Câmaras de Comércio e da Construção formaram a Assembléia Permanente de Atividades Empresárias (APEGE) para desestabilizarem e debilitarem o governo através de paralisações setoriais.

Por fim, é importante mencionar que tantos focos de pressão desestabilizadora não atuaram somente sobre o processo inflacionário e de desenvolvimento econômico argentino, mas também acabariam por consolidar no setor militar a idéia da necessidade de retomarem o controle das ações do Estado e da promoção de uma nova virada da linha de política econômica do país em direção ao fim das políticas intervencionistas e protecionistas. Os resultados dessas medidas, no entanto, foram ainda mais desastrosos do que os verificados na gestão peronista[26] e contribuiriam para consolidar o processo recessivo na Argentina.

[26] Sobre a questão da opção militar e da ortodoxia econômica como resposta à situação econômica e social Argentina no início de 1976, cf. Romero (2002: 17), Ferrer (1983: 199) e Flichman (1990: 11-12).

4. Considerações Finais

O presente trabalho passou em revista os principais pontos da política econômica praticada pelos governos peronistas do período 1973-1976, dando especial atenção ao entorno social, político e institucional em que esta foi aplicada. Após dois anos de resultados satisfatórios no que se refere à elevação das taxas de crescimento econômico, a Argentina veria essa tendência reverter-se a partir do final de 1974 até converter-se em uma trajetória de declínio, com um agravamento do quadro social e institucional que serviria para motivar os setores militares a aplicarem um novo golpe de Estado.

Através da análise dos eventos relatados e da leitura de trabalhos abordando a política econômica desse período, pôde-se constatar que contribuíram para esse dramático desfecho da segunda gestão peronista algumas decisões equivocadas na elaboração e condução da política econômica. Destacam-se entre elas à má gestão fiscal (que teve na importante elevação do quadro de funcionalismo público um de seus marcos), a adoção de uma política monetária extremamente branda e a ausência de uma política efetiva de promoção das exportações de bens de maior valor agregado, tudo isso num quadro no qual era desestimulada a atração de capitais externos destinados a investimentos no setor produtivo. Por outro lado, a tentativa de se implementar uma política de caráter mais ortodoxo mostrou-se ainda mais danosa, tendo na decretação do "Rodrigazo" seu ponto crítico, ao desencadear um desequilíbrio macroeconômico e uma convulsão social tais que esse plano é considerado por muitos autores como o marco inicial do desastroso declínio argentino que perduraria até o início da década de noventa.

No entanto, dois fatores em especial teriam atuado no sentido de provocar alguns desses equívocos, ao limitar o arsenal de instrumentos de política econômica disponíveis para a equipe econômica e, principalmente, ao aprofundarem os efeitos negativos dos equívocos cometidos. O primeiro desses fatores seria a reversão do cenário externo, que passou a ser desfavorável ao país após a crise do petróleo, deflagrada em meados de 1973. O segundo – e mais virulento desses problemas – seria o agravamento da intensa conflitividade social, política e ideológica no interior da sociedade argentina, que comprometeu não apenas a atuação da equipe econômica, como também a governabilidade e a estabilidade institucional do país.

A pergunta que cabe é: até que ponto os peronistas foram os próprios culpados pelo resultado desastroso de sua segunda gestão e até que ponto os choques externos e a instabilidade provocada pelos diferentes agrupamentos armados teriam atuado como limitantes a qualquer tentativa de política tendente a consolidar o processo de desenvolvimento econômico do país? Uma análise baseada nas evidências disponíveis nos leva a acreditar que o peronismo foi em boa medida o principal responsável por suas mazelas. Se ele não pode ser obviamente culpado pelo choque

externo do petróleo em 1973, por outro lado foi culpado por tardar em adotar medidas que compensassem os efeitos da perda de dinamismo das exportações. Pode se pensar também que, por estarem atados aos velhos ideais nacionalistas que já havia trazido resultados comprometedores à economia argentina no final do primeiro mandato de Perón, no início da década de cinqüenta, não souberam se adaptar a uma situação na qual os investimentos produtivos estrangeiros poderiam ter dado um impulso favorável à economia. No que tange à conflitividade social, as evidências mostram que o próprio Perón, desde o exílio, incentivava a ação das fileiras mais agressivas do peronismo, com o intuito de minar o governo militar e favorecer seu retorno ao poder. Seu ponto de vista corporativista da economia, por sua vez, contribuiria a fechar cada setor produtivo em suas próprias demandas, ainda que sob o pretexto de permitir um melhor controle desses agentes. A conduta própria desses setores, principalmente dos sindicalistas e dos empresários da ala favorável à abertura econômica, acabariam por potencializar o efeito negativo do conflito de interesses em detrimento a uma estratégia de médio e longo prazos visando o crescimento econômico sustentável do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUINIS, Marcos (2002), *O Atroz Encanto de Ser Argentino*. São Paulo: BEI Comunicação.

BRAILOVSKY, Antonio E. (1982), *1880-1982 Historia de las Crisis Argentinas: Un Sacrificio Inútil*. 4ª. Edição. Buenos Aires: Editorial de Belgrano.

CANITROT, Adolfo e SIGAL, Silvia (1994), "Economic Reform, Democracy and the Crisis of the State in Argentina". In: J. M. Nelson (ed.), *A Precarious Balance Volume II – Democracy and Economic Reforms in Latin America*. California: Institute for Contemporary Studies, 1994.

CASAS, Juan Carlos (1993), *Um Novo Caminho para a América Latina: O Modelo, as Mudanças e as Razões que Vêm Dando Certo*. Rio de Janeiro: Record.

CASTRO, Antonio Barros de (1985). "Ajustamento X Transformação: a Economia Brasileira de 1974 a 1984". In: Antonio B. de Castro e Francisco E. P. de Souza, *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.11-95.

DORNBUSCH, Rudiger e DE PABLO, Juan Carlos (1990), "Debt and Macroeconomic Instability in Argentina". In: J. D. Sachs (org.), *Developing Country Debt and Economic Performance (Vol. 2): Country Studies – Argentina, Bolivia, Brazil, Mexico*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

FERNÁNDEZ, Roque B. (1983), "La Crisis Económico-Financiera de Argentina". In: Leo V. Houtven *et alli, America Latina: Deuda, Crisis y Perspectivas*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispanica, 1984.

FERRER, Aldo (1983), "La Ortodoxia en la Argentina". In: Leo V. Houtven *et alli*, América Latina: Deuda, Crisis y Perspectivas. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1984.

FLICHMAN, Guillermo (1990), "The State and Capital Accumulation in Argentina", In: C. Anglade e C. Fontin (eds.), *The State and Capital Accumulation in Latin America – Vol. 2: Argentina, Bolivia, Colombia, Ecuador, Peru, Uruguay, Venezuela*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1990.

GERCHUNOFF, Pablo e LLACH, Lucas (1998), *El Ciclo de la Ilusión y el Desencanto: Un Siglo de Políticas Económicas Argentinas*. Buenos Aires: Ariel.

GORANSKY, Jacob (1998), "El Plan de Convertibilidad en Argentina, Ocho Años Después". In: Jacob Goransky, *Argentina: Un Caso Singular de Decadencia en el Capitalismo*. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2002.

LEYBA, Carlos (2004), "Perón Real". *Revista Debate*, nº 67, pp. 34-35, Buenos Aires, junho.

LOBATO, Mirta Z. e SURIANO, Juan (2000), *Nueva Historia Argentina: Atlas Histórico de la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

LUNA, Félix (1983), *Golpes Militares y Salidas Electorales*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

MADDISON, Angus (1989), *The World Economy in the 20th Century*. Paris: OECD.

MECON – MINISTÉRIO DE ECONOMÍA Y PRODUCCIÓN (2004), *Sector Público Argentino No Financiero: Cuenta Ahorro - Inversión - Financiamiento (1961-2003)*. Disponível em: http://www.mecon.gov.ar .

MUCHNIK, Daniel (1998), *Argentina Modelo: De la Furia a la Resignación – Economía y Política entre 1973 y 1998*. Buenos Aires: Ediciones Manantial.

RAPOPORT, Mario (2003), *Historia Económica, Política y Social de la Argentina (1880-2000)*. 2ª. Edição. Buenos Aires: Ediciones Macchi.

ROMERO, Luis A. (2000), *Argentina: Una Crónica Total del Siglo XX*. Buenos Aires: Aguilar.

_____ (2001), *Breve Historia Contemporánea de la Argentina*. 2ª. Edição. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica [3a. reimpressão: 2002].

_____ (2002), *La Nueva Argentina y La Vieja Argentina: Una Mirada Al Siglo XX*. Seminário Sobre a Argentina. Brasília: IPRI. Disponível em: http://www.mre.gov.br/ipri.

STURZENEGGER, Federico (2003), *La Economía de los Argentinos: Reglas de Juego para una Sociedad Próspera y Justa*. Buenos Aires: Planeta.

VIANA, Francisco (1992), *Argentina: Civilização e Barbárie – A História Argentina Vista da Casa Rosada*. 2ª. Edição. São Paulo: Atual Editora.